

Custos em saúde e pressões financeiras: o contexto ético das análises de custo-efectividade

Por: José Carlos Fernandes Pereira
Presidente

AAAEDF – Associação dos Antigos Alunos do Externato Delfim Ferreira
jcarlospereira1@gmail.com

A Saúde e a Educação são áreas onde o investimento público deve ter maiores atenções num contexto de crise económica. Só com cidadãos saudáveis e qualificados poderemos ter potencial humano para aumentar a produtividade e a riqueza de um país.

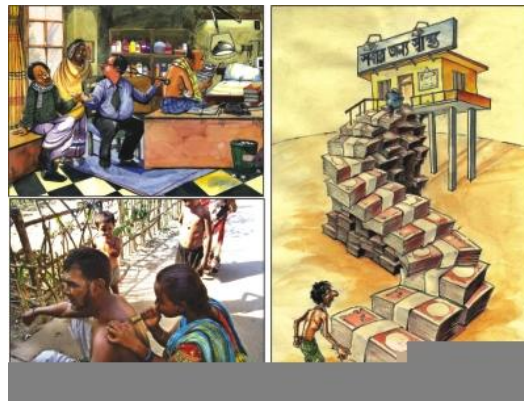


O direito à saúde é um direito humano fundamental assumido pela OMS.

Governos, empregadores e sociedade em geral devem criar condições para que todos sejam o mais saudáveis possível.

Consequentemente, o direito à saúde abrange o acesso adequado a cuidados de saúde, de nutrição e de saneamento. Abrange também a saúde ocupacional e o acesso a água e ar limpos.

Entre nós, a Constituição da República Portuguesa (art. 64.º), consubstancia o direito à protecção da saúde como o direito dos cidadãos às medidas e prestações do Estado para a prevenção das doenças e seu tratamento, impondo ao Estado a realização de determinadas tarefas, nomeadamente, a criação e manutenção do SNS, universal, geral e tendencialmente gratuito, não obstante a eventual sujeição ao pagamento de taxas.



A tendência gratuita do SNS é erradamente apercebida pela população como sendo algo livre de custos. Com efeito, o utente não suporta qualquer preço no momento em que se submete aos cuidados, mas estes têm custos, suportados pelos impostos.

Com a acessibilidade à prestação de cuidados em crescimento, o aumento dos serviços, o envelhecimento das populações, a incorporação de tecnologias inovadoras e medicamentos cada vez mais caros, a pressão sobre os recursos alocados à saúde aumentou exponencialmente. Esta pressão já se expressa em dois dígitos do nosso PIB, que, apesar de ser baixo, indicia que o nível da despesa estará próximo da insustentabilidade.

Durante anos, a Saúde foi gerida pelo lado da “oferta” e suportada pelo recurso ao Orçamento público, que garantia a despesa crescente.

A sustentabilidade do SNS não pode ser irracional, irreflectida, desculpabilizada por um modelo de estado social baseado numa solidariedade desregrada. As pressões

financeiras são actualmente fortes, onde as despesas com a saúde correspondem a uma fatia do Orçamento cada vez maior, em que a justiça da contribuição financeira se situa abaixo dos valores registados nos países desenvolvidos.

Mas a saúde deve continuar a ser um direito humano fundamental, universal, um máximo ético assente na solidariedade global, onde se impõe promover maior racionalidade e eficiência.

Os dilemas do equilíbrio entre a necessária sustentabilidade da saúde para o presente e futuro, os ascendentes custos, nomeadamente os colectivos, e o paradigma assente no modelo de estado social e solidário estão presentes.

Impõe-se encontrar soluções orientadas para a promoção da saúde: implementar metas, delimitar objectivos e balancear os resultados com as necessidades, recursos disponíveis e capacidade instalada (*v.g.* na redução das listas de espera).